


**SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**
**EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS**

Espécie: Termo Aditivo Nº 00001/2014 ao Convênio Nº 774862/2012. Conventos: Concedente: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, Unidade Gestora: 200021, Gestor: 00001, Conveniente: MUNICIPIO DE GUARANI DAS MISSOES, CNPJ nº 87.613.030/0001-51. Cláusula Sétima da vigência. Valor Total: R\$ 187.500,00, Valor de Contrapartida: R\$ 3.750,00, Vigência: 10/12/2012 a 02/03/2015, Data de Assinatura: 02/09/2014, Signatários: Concedente: ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA, CPF nº 174.442.096-34, Conveniente: JANETE TERESINHA DAUEK, CPF nº 703.675.230-00.

(SICONV(PORTAL) - 19/09/2014)

Espécie: Termo Aditivo Nº 00002/2014 ao Convênio Nº 775033/2012. Conventos: Concedente: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, Unidade Gestora: 200021, Gestor: 00001, Conveniente: INSTITUTO SABARENSE DE EDUCACAO E CIDADANIA, CNPJ nº 05.966.740/0001-09. Prorrogação da vigência para 31/12/2014, Valor Total: R\$ 243.489,27, Valor de Contrapartida: R\$ 19.479,14, Vigência: 06/12/2012 a 31/12/2014, Data de Assinatura: 12/09/2014, Signatários: Concedente: ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA, CPF nº 174.442.096-34, Conveniente: GIOVANNE CUNHA, CPF nº 032.522.966-08.

(SICONV(PORTAL) - 19/09/2014)

**AVISO DE CANCELAMENTO**

Torna sem efeito publicação do extrato do Convênio 017/2014-SPM/PR, SICONV 810695, Processo nº 00036.000503/2014-81, celebrado entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o Instituto Cultural Rose Marie Muraro - RJ - CNPJ 11296150/0001-00, publicado no Diário Oficial da União dia 29 de agosto de 2014, Seção 3, pág. 02. Signatários: Concedente: ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA, CPF 174.442.096-34, Conveniente: TONIA MARIA GEBARA MURARO, CPF 711.463.697-00.

MARISA DE CASTRO MENDES CORRÊA COSTA  
Coordenadora de Convênios

**SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**
**EXTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Espécie: Termo de Cooperação Técnica. Participes: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e o Estado do Rio Grande do Sul por intermédio da Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos. Objeto: uniformização dos procedimentos relativos ao fluxo de recebimento, encaminhamento e monitoramento das denúncias oriundas da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, referentes às denúncias recebidas do Estado do Rio Grande do Sul. Vigência 24 meses da data da Assinatura. Assinaturas: Ideli Salvatti, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Des. José Aquino Flores de Camargo, Governador do Estado do Rio Grande do Sul, em exercício, Juçara Dutra Vieira, pela Secretaria de Estado da Justiça e dos Direitos Humanos, Data 17/09/2014.

**EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO**

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2014 ao Convênio Nº 786523/2013. Conventos: Concedente: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Unidade Gestora: 200016, Gestor: 00001, Conveniente: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DE FORTALEZA, CNPJ nº 09.936.573/0001-74. Fl.127/2008, art. 30, VI. Valor Total: R\$ 203.773,87, Valor de Contrapartida: R\$ 8.190,00, Vigência: 27/12/2013 a 22/03/2015, Data de Assinatura: 28/08/2014, Assina: Pelo PRESIDENCIA DA REPUBLICA - PRESID.DA REPUBLICA / CLAUDINEI DO NASCIMENTO- SECRETÁ À RIO EXECUTIVO.

(SICONV(PORTAL) - 19/09/2014)

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: Termo Aditivo Nº 00001/2014 ao Convênio Nº 785200/2013. Conventos: Concedente: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Unidade Gestora: 200016, Gestor: 00001, Conveniente: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL, CNPJ nº 03.533.064/0001-46. Solicitação de termo aditivo de prazo de vigência por 360 dias. Valor Total: R\$ 116.245,89, Valor de Contrapartida: R\$ 16.245,89, Vigência: 10/09/2013 a 05/09/2015, Data de Assinatura: 09/09/2014, Signatários: Concedente: CLAUDINEI DO NASCIMENTO, CPF nº 722.284.409-08, Conveniente: MAURO MENDES FERREIRA, CPF nº 304.362.501-00.

(SICONV(PORTAL) - 19/09/2014)

**SECRETARIA DE PORTOS**
**RESULTADO DE JULGAMENTO RDC PRESENCIAL Nº 2/2013 - UASG 110680**

Nº Processo: . A Secretaria de Portos/PR torna público o resultado do RDC Presencial nº 02/2013 para contratação de empresa especializada para assessoria à fiscalização das obras de modernização do cais público do Porto Novo do Porto do Rio Grande (RS) - 2ª Etapa, cujo objeto foi adjudicado à empresa STCP Engenharia de Projetos Ltda - CNPJ: 81.188.542/0001-31, no valor de R\$ 5.755.000,00 (cinco milhões setecentos e cinquenta e cinco mil reais). O processo foi homologado pela autoridade competente em 15/09/2014.

ANTÔNIO AUGUSTO DE LIMA  
Presidente da Comissão de Licitação

(SIDEV - 19/09/2014) 110680-00001-2014-NE00003

**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS**
**EXTRATO DE CONTRATO DE ADESSÃO Nº 182/2014-ANTAQ**

PROCESSO Nº 50000.015487/1999

Objeto: Adequar o Contrato de Adesão nº 087/2000-MT, à Lei nº 12.815/2013. Fundamentação Legal: Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e Portaria SEP nº 182, de 5 de junho de 2014. Vigência: 25 anos. Signatários: Mário Povia, Diretor-Geral da ANTAQ, José Ferreira de Oliveira, Diretor-Presidente da empresa J. F. de Oliveira Navegação Ltda. Reunião Ordinária: 364ª de 5/6/2014. Data de assinatura: 18/9/2014.

**EXTRATO DO CONTRATO DE ADESSÃO Nº 192/2014-ANTAQ**

PROCESSO Nº 50300.016030/2007-70

Objeto: Adequar o Contrato de Adesão nº 01/2009-ANTAQ, à Lei nº 12.815/2013. Fundamentação Legal: Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e Portaria SEP nº 182, de 5 de junho de 2014. Vigência: 25 anos. Signatários: Mário Povia, Diretor-Geral da ANTAQ, José Ferreira de Oliveira, Sócio-Presidente da empresa Chibuto Navegação e Comércio Ltda. Reunião Ordinária: 364ª de 5/6/2014. Data de assinatura: 18/9/2014.

**EXTRATO DE CONTRATO DE ADESSÃO Nº 202/2014-ANTAQ**

PROCESSO Nº 50300.001234/2013-91

Objeto: Adequar o Termo de Autorização nº 45/2003-ANTAQ, à Lei nº 12.815/2013. Fundamentação Legal: Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e Portaria SEP nº 182, de 5 de junho de 2014. Vigência: 25 anos. Signatários: Mário Povia, Diretor-Geral da ANTAQ, José Ferreira de Oliveira, Sócio-Presidente da empresa Chibuto Navegação e Comércio Ltda. Reunião Ordinária: 364ª de 5/6/2014. Data de assinatura: 18/9/2014.

**EXTRATO DE CONTRATO DE ADESSÃO Nº 212/2014-ANTAQ**

PROCESSO Nº 50300.001076/2004

Objeto: Adequar o Termo de Autorização nº 200/2005-ANTAQ, à Lei nº 12.815/2013. Fundamentação Legal: Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e Portaria SEP nº 182, de 5 de junho de 2014. Vigência: 25 anos. Signatários: Mário Povia, Diretor-Geral da ANTAQ, Marco Antônio Pereira Menegatto, Gestor de Administração Contratual da Empresa UTC Engenharia S.A. Reunião Ordinária: 364ª de 5/6/2014. Data de assinatura: 18/9/2014.

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 67/2014 - UASG 682010**

Nº Processo: 503000006102101419. Objeto: Contratação de entidade especializada com o objetivo de realizar Curso In Company sobre Comércio Exterior. Total de Itens Licitados: 0001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XIII da Lei nº 8.666 de 21/09/1993.. Justificativa: A contratação é amparada no art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93, combinado com o art. 13, inciso VI do mesmo diploma. Declaração de Dispensa em 16/09/2014. ALBEIR TABOADA LIMA, Superintendente de Administração e Finanças. Ratificação em 18/09/2014. MÁRIO POVIA, Diretor-geral. Valor Global: R\$ 29.475,00. CNPJ CONTRATADA : 42.580.266/0001-09 FUNDACAOCENTRO DE ESTUDOS DO COMERCIO EXTERIOR.

(SIDEV - 19/09/2014) 682010-682010-2014-NE000153

**AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 2/2014**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a Resolução nº 3.638-ANTAQ, de 15 de setembro de 2014, tendo em vista o disposto no inciso IV, do art. 27, c/c o art. 68 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, na redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, considerando o que consta do processo nº 50300.001334/2014-14 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada por ocasião de sua 369ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de setembro de 2014.

Conveniente: Aos usuários e agentes dos serviços portuários, bem assim, aos demais interessados, que estão realizando AUDIÊNCIA PÚBLICA, no período de 22/9/2014 a 21/10/2014, visando o intercâmbio de documentos e informações, que serão disponibilizados na forma abaixo especificada, com o seguinte objetivo e forma de participação:

1. Objetivo: Obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento do ato normativo aprovado pela Resolução nº 3.638-ANTAQ, que objetiva aprovar proposta de norma para disciplinar o afretamento de embarcação por empresa brasileira de navegação marítima.

2. Acesso ao projeto do ato normativo. A minuta do ato normativo, objeto desta audiência, estará disponível no seguinte endereço eletrônico: www.antaq.gov.br

3. Forma de Participação: As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até às 18 horas do dia 21/10/2014, pelo seguinte meio: Formulário eletrônico - disponível no sítio www.antaq.gov.br - audiência pública.

Serão aceitas apenas as contribuições enviadas por meio do citado formulário eletrônico. Caso o interessado não tenha os recursos necessários para o envio da contribuição, poderá realizar a sua contribuição utilizando computador da Secretaria-Geral da ANTAQ, no caso de Brasília, ou das Unidades Administrativas Regionais da ANTAQ, cujos endereços estão disponíveis no sítio da Agência.

Audiência Presencial: Com o objetivo de fomentar a discussão e esclarecer eventuais dúvidas sobre o ato normativo objeto deste Aviso, será realizada audiência pública presencial no auditório da ANTAQ, no endereço ed. ANTAQ, térreo, SEP - Setor de Edifícios Públicos Norte, eq. 514, conj. E, Asa Norte - Brasília-DF, CEP: 70760-545, no dia 9 de outubro de 2014, com início às 14:30h e término quando da manifestação do último credenciado, sendo 17h o seu horário limite. O credenciamento será realizado no local supracitado, das 14h00 às 15h15.

4. As contribuições recebidas pela ANTAQ serão disponibilizadas aos interessados na Internet, no sítio da Agência.

Brasília, 18 de setembro de 2014.

MÁRIO POVIA

**SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**
**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

A Gerente de Orçamento e Finanças, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), considerando a impossibilidade de notificação pessoal e postal dos representantes legais da empresa Celso M. dos Santos - ME, CNPJ nº 11.701.435/0001-80, por estarem em local incerto e não sabido, pelo presente edital, comunica a referida empresa, a existência de débito relativo ao não pagamento da multa aplicada nos autos do processo administrativo nº 50305.000455/2014-82, no valor de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais).

Para o pagamento dessa multa, é necessário que entre em contato com a ANTAQ, por meio do endereço eletrônico gof@antaq.gov.br ou pelos telefones: (61) 2029-6905 ou (61) 2029-6910.

Fica notificado a efetuar o pagamento do débito no prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, sob pena de execução fiscal, e, no prazo de 75 dias, inscrição no CADIN conforme prevê o art. 2º, da lei nº 10.522/2001.

Brasília, 4 de setembro de 2014.

A Gerente de Orçamento e Finanças, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), considerando a impossibilidade de notificação pessoal e postal dos representantes legais da empresa I.P. Gonçalves Navegação Ltda., CNPJ nº 11.053.457/0001-80, por estarem em local incerto e não sabido, pelo presente edital, comunica a referida empresa, a existência de débito relativo ao não pagamento da multa aplicada nos autos do processo administrativo nº 50305.002298/2013-69, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Para o pagamento dessa multa, é necessário que entre em contato com a ANTAQ, por meio do endereço eletrônico gof@antaq.gov.br ou pelos telefones: (61) 2029-6905 ou (61) 2029-6910.

Fica notificado a efetuar o pagamento do débito no prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, sob pena de execução fiscal, e, no prazo de 75 dias, inscrição no CADIN conforme prevê o art. 2º, da lei nº 10.522/2001.

Brasília, 12 de agosto de 2014.  
MARLI SILVA BARROS